



Eixo: Fundamentos históricos e teórico-metodológicos

Sub-eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional

## A “VIRADA” DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO, O NOVO PROJETO PROFISSIONAL E A CENTRALIDADE DA CATEGORIA PESQUISA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Lohana Lemos Januário<sup>1</sup>  
Inaê Soares Oliveira<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo elucida uma aproximação teórica ao debate da pesquisa no Serviço Social a partir do aprofundamento à alguns elementos históricos, teórico e metodológicos que perpassam o Serviço Social brasileiro. O caminho metodológico traçado partiu de um estudo bibliográfico e documental sobre a temática. Neste sentido, foram utilizadas as contribuições de autores como Bourguignon (2005; 2007), Iamamoto (1997; 2012a; 2012b); Martinelli (2006) e Netto (2011a; 2011b), com fins de elucidar acerca do movimento de reconceituação do serviço social, a emergência do novo projeto de formação profissional e as balizas para a centralidade da pesquisa no Serviço Social.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Movimento de reconceituação; Projeto profissional; Pesquisa no Serviço Social.

**Abstract:** This article elucidates a theoretical approach to the debate of the Social Work research from the deepening to some historical, theoretical and methodological elements that permeate the Brazilian Social Service. The methodological path traced from a bibliographic and documentary study on the subject. In this sense, the contributions of authors such as Bourguignon (2005; 2007), Iamamoto (1997; 2012a; 2012b); Martinelli (2006) and Netto (2011a, 2011b), in order to elucidate about the reconceivation movement of social service, the emergence of the new vocational training project and the beacons for the centrality of research in Social Work.

**Keywords:** Social Work; Movement of reconceptualization; Professional design; Research in Social Work.

### 1 INTRODUÇÃO

No presente artigo objetiva-se elucidar uma aproximação teórica ao debate da pesquisa no Serviço Social a fim de aprofundar alguns elementos históricos e concepções da temática de estudo. A intencionalidade desse trabalho gira em torno de apresentar historicamente a relação do Serviço Social

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: <lohanalj@gmail.com>

<sup>2</sup> Professor com formação em Serviço Social. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

com a pesquisa. Para isso, ou seja, para pensar o objeto de estudo dessa investigação, os principais diálogos e concepções utilizadas foram buscadas nas contribuições e principais ideias de autores como Bourguignon (2005; 2007), Yamamoto (1997; 2012a; 2012b); Martinelli (2006) e Netto (2011a; 2011b), indicando assim as leituras e sucessivas aproximações com a questão central dessa investigação.

Ademais, essa apreciação está organizada basicamente em três momentos que visam contemplar as seguintes discussões: um momento de discussão acerca do movimento de reconceituação do serviço social no contexto latino-americano; um segundo que versa sobre as particularidades do movimento de reconceituação brasileiro, destacando-se, assim, elementos importantes para a compreensão da questão da pesquisa no Serviço Social; e um último momento que aponta considerações finais sobre o presente trabalho e seus eixos reflexivos.

Para instigar o início dessa leitura pontua-se as seguintes inquietações a serem delineadas nas páginas dessa seção: Que notas são importantes saber sobre a pesquisa no Serviço Social? Que relação o Serviço Social construiu historicamente com a pesquisa? A pesquisa ocupou centralidade na trajetória de 80 anos do Serviço Social no Brasil? Que mudanças são necessárias identificar na trajetória da profissão para dialogar sobre a relevância da pesquisa para a formação profissional?

## **2 O MOVIMENTO DE RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO LATINO-AMERICANO**

A entrada nos anos 1960, certamente, correspondeu a uma caminhada investigativa que buscou construir conexões da relação entre a pesquisa e o Serviço Social, representando um momento de extrema importância, pois é nesse período que se percebe as raízes do que mais tarde ficaria conhecido como Movimento de Reconceituação do Serviço Social: momento que marcou a história da profissão por questionar e tentar reelaborar

posturas, práticas, posicionamentos e perspectivas teóricas dos, aproximadamente, trinta anos de existência do Serviço Social no Brasil.

É importante destacar que esse movimento não foi um processo de exclusividade da realidade brasileira, mas um momento ímpar vivenciado no continente latino-americano como um todo, não podendo ser desvinculado do contexto político, econômico e social ao qual o continente estava emerso no período.

É fundamental situar os países latino-americanos dos anos 60 a 80, nas relações de dominação-dependência dos Estados Unidos, principalmente no processo de mobilização popular/reforma e autoritarismo político que marcaram estas duas décadas. À mobilização pela mudança de relações através de movimentos sociais, as classes dominantes ou suas refrações hegemônicas respondiam seja com projeto de reforma seja com a repressão, articulando uns e outros em função das ameaças reais ou percebidas (FALEIROS, 2010, p.141-142).

Nos marcos dos anos sessenta, incorriam mudanças significativas no cenário mundial em decorrência do colapso dos “trinta anos gloriosos do capitalismo” e das crises em seu processo de expansão. Essas mudanças repercutiram sobre a América Latina, que sob as pressões mundiais, sofria com os determinantes de uma relação de dependência com os países centrais e com as amarras imperialistas. É em meio a esse momento de confrontos, de movimentação americana em busca da garantia de hegemonia no continente e das mobilizações populares, que muitos dos países latino-americanos são assolados por estratégias repressivas e pela instauração de golpes de Estado que ocasionaram mudanças nas relações sociais e reverberaram sobre muitos campos profissionais, dentre eles, o Serviço Social.

A conjuntura do período estava perpassada por uma crescente ebulição das refrações da questão social que desencadeavam contestações, quer da ordem burguesa, na perspectiva de garantia dos lucros capitalistas, quer da classe proletária, em busca de garantias para a reprodução da vida. Para Netto (2011) os movimentos contestatórios que repercutem mais diretamente sobre a prática profissional do Serviço Social precedem essencialmente da promulgação de três sujeitos e vetores: uma revisão crítica das ciências sociais;

dos novos posicionamentos políticos e sociais de instituições como a Igreja; e das mobilizações estudantis.

Essas transformações econômicas, sociais, políticas e culturais em curso nos anos sessenta passaram a confrontar-se com as práticas e teorias profissionais do “serviço social tradicional”<sup>3</sup>, exigindo-se assim a necessidade de novas respostas e posicionamentos da profissão. Como aponta Iamamoto (2012, p.217)

O Serviço Social latino-americano é sensibilizado pelos desafios da prática social. Sua resposta mais significativa se consubstancia na mais ampla revisão já ocorrida na trajetória dessa profissão, [...]. Essa resposta é o movimento de Reconceituação. Esse perfilou-se, desde o seu nascedouro, como um movimento de *denúncia – de autocrítica e de questionamentos societários – que tinha como contraface um processo seletivo de busca da construção de um novo Serviço Social latino-americano, saturado de historicidade, que apostasse na criação de novas formas de sociabilidade a partir do próprio protagonismo dos sujeitos coletivos.* (IAMAMOTO, 2012, p. 2017).

Esse movimento de contrapor as funções que o Serviço Social vinha exercendo na sociedade até o momento vai se desenrolar com muitas particularidades em cada país latino-americano, não se podendo tomar tal movimento numa perspectiva de homogeneidade, pois ela é alicerçada pelas particularidades da formação sócio-histórica de cada país e pela correlação de forças existentes nos mesmos. Além disso,

[...] em razão da vinculação intelectual e política por parte de seus protagonistas a matrizes teóricas e societárias também diversas, o movimento de reconceituação se molda como uma *unidade repleta de diversidades*. Essas se manifestam não só na *forma de construção das críticas e propostas*, mas também no *conteúdo atribuído ao “novo” no Serviço Social latino-americano.* (IAMAMOTO, 2012, p. 207).

Ainda para Iamamoto (2012), essa heterogeneidade do movimento no continente apresentava algumas interseções em comum e que merecem ser destacadas: uma busca de apreensão das particularidades do desenvolvimento

---

<sup>3</sup> A conceituação de tal questão de ser buscada em Netto (2011a, p. 117-118 apud Netto, 1981b:44): “Sugerimos entender como Serviço Social *tradicional* “a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada” dos profissionais, parametrada “por uma ética liberal-burguesa” e cuja “teologia “consiste na correção – desde um ponto de vista claramente funcionalista – de resultados psicossociais considerados negativos ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção (aberta ou velada) idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado factual ineliminável”.

da América Latina frente às suas relações estabelecidas com os países centrais do capitalismo e de como isso historicamente se reverberava sobre o Serviço Social; uma tentativa de reconstrução de um novo projeto profissional para o Serviço Social; um reconhecimento do papel político da profissão, alinhando suas ações profissionais aos trabalhadores; bem como a necessidade de um “estatuto científico”.

Estabelecendo-se um possível diálogo com Netto (2012), que ao também tratar dessa diversidade do movimento de reconceituação latino americano, tem-se que, para o autor, a evolução desse movimento, mesmo perante sua heterogeneidade, possui dois aspectos marcadamente presentes nas distintas realidades: a relação que se estabelece com a tradição marxista; e as novas possibilidades de articulação e organização do Serviço Social latino-americano.

Pode-se dizer que ambas as questões mencionadas acima são frutos dos questionamentos sobre a funcionalidade profissional “tradicional”, sobre o que Martinelli (2006) anunciava como prática *alienante, alienada e alienadora*. Eles vão explicitar o vínculo histórico da profissão com o movimento das relações sociais e a busca de aproximação com o movimento da realidade, determinando, assim, novas alterações e exigências no âmbito da formação e do exercício profissional do Serviço Social.

Essas transformações oriundas dos momentos questionadores da profissão vão revelar a geração de um novo perfil profissional, abrindo espaço para exercícios reflexivos e organizacionais da categoria, bem como a busca e estímulo à produção teórica. Nas palavras de Yamamoto (2012, p. 209):

[...] se canalizam para a reestruturação da formação profissional, articulando ensino, pesquisa e prática profissional, exigindo da Universidade o exercício da crítica, do debate, da produção criadora de conhecimentos no estreitamento de seus vínculos com a sociedade.

Os desafios da consolidação desse movimento foram diversos, mas de maneira geral, pode-se tomá-lo na América Latina como um movimento que vinha se contrapondo a um Serviço Social tradicional e à sua herança conservadora, e que possibilitou um processo de renovação da profissão, que

pode ser entendido a partir das contribuições do autor de *Ditadura e Serviço Social*:

Entendemos por renovação o conjunto de características novas que, no marco das constrictões da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais. (NETTO, 2011, p. 131).

Diante dessa caracterização tomada de maneira geral acerca do movimento de renovação do Serviço Social na dimensão latino-americana, sugerindo suas particularidades e principais alterações e implicações na profissão, como pensar esse movimento em relação ao Brasil? Com que características e por quais caminhos a renovação profissional se desenvolve para os assistentes sociais brasileiros? Quais os desafios da consolidação desse movimento? Por que ele é imprescindível para o entendimento da relação entre pesquisa e Serviço Social?

### **3 AS PARTICULARIDADES DA “VIRADA” DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO:** elementos para compreender a dimensão da pesquisa no Serviço Social

Como já indicado aqui, esse Movimento de Reconceituação se desenvolveu com peculiaridades em cada país latino americano, levando em consideração os processos de formação sócio histórica e de desenvolvimento do capitalismo em cada lugar. No que diz respeito ao Brasil, o país estava envolto em uma conjuntura de profunda efervescência em decorrência das crises econômicas e políticas que ganhavam fôlego nas terras brasileiras.

Os questionamentos profissionais em efervescência no Serviço Social desde a década de 1950 foram assolados pela conturbada conjuntura política do país nos anos 1960, que em meio à promulgação do Golpe de 1964, que instaurou a ditadura militar no Brasil, tem-se, dessa maneira, o processo de

renovação e de tentativa de construção de um novo projeto profissional freado no interior da categoria pelo cenário repressor e de crise do processo democrático. A Ditadura Militar imprimiu no cenário brasileiro um quadro de tensão, revoltas, cerceamento de liberdades e repressão.

Netto (2011) pontua que os processos de reorganização do Estado na sociedade brasileira, bem como suas modificações no período teve diversas implicações para o Serviço Social, tanto em seus aspectos formativos, quanto interventivos, pois ocorreram mudanças significativas como a expansão de programas sociais e a inserção da profissão no contexto universitário. Aprofundando de forma particularizada cada uma dessas questões, tem-se que

Durante a Ditadura Militar, o Serviço Social foi cada vez mais demandado para se aperfeiçoar tecnicamente tendo em vista assumir a implementação dos programas sociais em grande expansão no país nesse período, até para compensar a repressão aos movimentos e organizações dos trabalhadores, estudantes e moradores de favelas. Isso direcionou a profissão para uma prática voltada para implementação de programas sociais instituídos pelo Estado para manter o controle social e corrigir os problemas e distorções geradas pela adoção de uma política de repressão e de arrocho salarial. O Serviço Social, então, assume uma prática profissional essencialmente burocrática, utilizando-se de velhos instrumentos operacionais. (SILVA; CARVALHO, 2007, p.195).

A década de 1960 trouxe, assim, novas requisições profissionais que vão requisitar a implementação de respostas profissionais cada vez mais elaboradas e culminar numa preocupação com a teorização da profissão. É importante registrar que esse processo não foi um processo homogêneo no Serviço Social e que dois grandes destaques nesse período da Ditadura, além do seu caráter coercitivo e repressor, dizem respeito aos aspectos envolvidos na política econômica e educacional do país.

Com relação à política econômica<sup>4</sup>, muitos aspectos podem ser apreendidos a partir da leitura da obra de Giambiagi *et al.* (2016), que traça uma

---

<sup>4</sup> Em Giambiagi et al. (2016), as discussões tangentes aos aspectos econômicos no período da Ditadura Militar estão organizadas, especificamente, nos capítulos 3 e 4 do livro. O terceiro capítulo, intitulado “Reformas, endividamento externo e o milagre econômico (1964 – 1973)” aborda as medidas econômicas iniciais do governo ditatorial: tentativas de diagnóstico da crise inflacionária que marcou o período anterior, estabelecendo, assim, estratégias de estabilização graduais da economia que se materializaram no Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG). De maneira geral, o capítulo traz que a economia brasileira no período em discussão passou por momentos diversos, tendo entre os anos 1964 e 1967 sido marcada pelas tentativas de estabilização, e entre os anos 1968 e 1973 sido marcada pela recuperação das taxas de inflação e pelo chamado “milagre econômico”. Alguns dos avanços identificados no período foram o

discussão acerca da economia brasileira entre os anos 1945 e 2015. Dentre as características discutidas, é destacado o período compreendido entre os anos 1964 e 1973, aonde os autores indicam que o país foi assolado por um processo de reformas estruturais e financeiras, pelo endividamento externo e pelo aparente “milagre econômico”. Dentre as reformas, a discussão presente no livro destaca a reforma tributária, a reforma financeira e também a universitária. Articulando-se essa ascensão econômica do Brasil com as mudanças no ensino, pode-se dizer que esse desenvolvimento econômico acabou por implicar numa requisição de mão de obra qualificada para o mercado em crescimento.

Por isso, no que tange à reforma universitária indicada acima, pode-se, aqui, destacá-la como um dos momentos mais importantes na trajetória do ensino superior brasileiro e onde as transformações engendradas se rebateram sobre diversas áreas profissionais. Essas mudanças no ensino superior do país são apontadas por Macário, Vale e Alves (2013), a partir da contribuição teórica de Florestan Fernandes, como uma *modernização conservadora*. Esta é conceituada pelos autores como um processo que além de ser uma característica típica dos países periféricos, produz em um mesmo movimento a modernização e a reestruturação de relações de produção tradicionais, ocasionando, assim, sob o signo de uma nova roupagem, a intensificação das relações de exploração da força de trabalho.

Essa tese da modernização conservadora auxilia não somente a compreender as facetas do crescimento econômico no contexto da ditadura militar, como também as características da reforma da educação superior no período.

A modernização conservadora da ditadura brasileira criou a universidade tecnocrática visando à adequação ao crescimento econômico acelerado e aos interesses políticos burgueses. A reforma de 1968 objetivou vincular o ensino superior mais estreitamente às demandas do mercado e das funções da administração pública, além de acalmar os ânimos da juventude, que exigia mais vagas na universidade. Ora, a resposta às

---

crescimento acentuado da economia, a redução das taxas de inflação e a eliminação dos déficits de pagamentos. Ações que vieram atreladas ao aumento exorbitante da dívida externa brasileira, ocasionando assim um aumento significativo na dependência externa, política e economicamente do país. Já no quarto capítulo, intitulado “Auge e declínio do modelo de crescimento com endividamento: o II PND e a crise da dívida externa (1974 – 1984)”, é abordado o quadro econômico do período que precede a redemocratização do país. Economicamente, tem-se como destaques o declínio do crescimento econômico do período anterior.



reivindicações de vagas só poderia ser dada por meio da reestruturação das instituições de ensino superior e pela expansão da fatia privada nesse serviço. Na perspectiva de Minto (2006) e Paula (2002), tal reforma teve como princípio basilar a ideia de racionalidade como forma de dotar o ensino superior de eficiência e eficácia em face das demandas do crescimento econômico. (MACÁRIO; VALE; ALVES, 2013, p.12).

Assim, é importante registrar nesse processo que a “modernização” da universidade brasileira, com suas facetas de democratização do ensino, de expansão do número de vagas e de instituições, por exemplo, realiza-se através da “[...] abertura do setor de investimento privado, obrigando os trabalhadores a comprarem vagas no mercado educacional. Esta é uma das formas de realização da modernização conservadora.” (MACÁRIO; VALE; ALVES, 2013, p. 7).

Acerca das balizas desse processo de reforma, Fávero (2006), ao debater essa reforma universitária de 1968, afirma que

No início de 1968, a mobilização estudantil, caracterizada por intensos debates dentro das universidades e pelas manifestações de rua, vai exigir do Governo medidas no sentido de buscar “soluções para os problemas educacionais mais agudos, principalmente dos excedentes”. A resposta de maior alcance foi a criação, pelo Decreto nº 62.937, de 02.07.1968, do Grupo de Trabalho (GT) encarregado de estudar, em caráter de urgência, as medidas que deveriam ser tomadas para resolver a “crise da Universidade”. (FÁVERO, 2006, p.32).

Assim, impulsionada pelos levantes estudantis e administrada pelos governos ditatoriais, dentre as novas características das instituições de ensino, com o advento da Reforma Universitária, estão as seguintes assertivas de Martins (2009, p.16):

A Reforma de 1968 produziu efeitos paradoxais no ensino superior brasileiro. Por um lado, modernizou uma parte significativa das universidades federais e determinadas instituições estaduais e confessionais, que incorporaram gradualmente as modificações acadêmicas propostas pela Reforma. Criaram-se condições propícias para que determinadas instituições passassem a articular as atividades de ensino e de pesquisa, que até então – salvo raras exceções – estavam relativamente desconectadas. Aboliram-se as cátedras vitalícias, introduziu-se o regime departamental, institucionalizou-se a carreira acadêmica, a legislação pertinente acoplou o ingresso e a progressão docente à titulação acadêmica. Para atender a esse dispositivo, criou-se uma política nacional de pós-graduação, expressa nos planos nacionais de pós-graduação e conduzida de forma eficiente pelas agências de fomento do governo federal.

Toda essa conjuntura de transformações sociais na sociedade teve fortes rebatimentos em vários setores profissionais. No Serviço Social, os impactos da Ditadura Militar teve efeitos diretamente relacionados às mudanças de rumo da profissão, pois foi neste momento que os cursos adentraram o circuito universitário, sendo impresso um processo de laicização da formação profissional em Serviço Social, de aumento do número de unidades de ensino e da possibilidade de geração de um novo perfil profissional. As contribuições de Netto (2011) com relação a esse período são expressivas não só para compreender as transformações operadas na educação superior brasileira, como, especialmente, para entender as demandas por mudanças no Serviço Social:

Está claro que produzir este profissional “moderno” implicava uma profunda rotação nos mecanismos vigentes na formação profissional dos assistentes sociais – e dela encarregou-se a política educacional da ditadura. Com efeito, as referidas condições novas reclamavam uma inteira refuncionalização das agências de formação dos assistentes sociais, apta a romper de vez com o confessionalismo, o paroquialismo e o provincianismo que historicamente vincaram o surgimento e o envolver imediato do ensino do Serviço Social no Brasil – além, naturalmente, da expansão quantitativa das próprias agências. (NETTO, 2011, p.124).

As mudanças que foram operadas no interior do Serviço Social tinham relação com questões como a atuação profissional, dentre as quais, as mudanças trazidas pela inserção na universidade podem ser apontadas como uma das alterações mais sentidas e de maiores impactos nos rumos do Serviço Social brasileiro. É essa inserção, inclusive, que vai incentivar o fortalecimento do movimento de renovação do Serviço Social brasileiro. As características que esse movimento de renovação adquiriu abalaram extremamente os rumos da profissão no Brasil.

Esses constantes apontamentos sobre as determinações históricas que englobam a sociedade brasileira são essenciais, pois o processo de tessitura da profissão não é um mero desencadeamento de processos espontâneos, mas se constrói no bojo do movimento social e das relações sociais próprias à sociabilidade capitalista. Não é à toa que vários autores alertam para essa

questão de que para conhecer e compreender o Serviço Social, sua história, suas tendências, mudanças e configurações contemporâneas

[...] exigem o conhecimento do processo histórico de constituição das principais matrizes de conhecimento do social, do complexo movimento histórico da sociedade capitalista brasileira e do processo pelo qual o Serviço Social incorpora e elabora análises sobre a realidade em que se insere e explica sua própria intervenção. (YAZBEK, 2009, p. 2).

Neste sentido, sendo o Serviço Social fruto do constante movimento da sociedade e das relações sociais estabelecidas na mesma, os acontecimentos que perpassaram o alvorecer dos anos a partir da década de 1960 trouxe importantes rebatimentos para a profissão. Nesse período, o Brasil estava imerso numa conturbada conjuntura política, sob os auspícios da instauração do Golpe Militar de 1964, o que acabou trazendo inúmeras transformações no país perante o golpe de Estado como, por exemplo: arrochos salariais, piora nas condições de sobrevivência e de trabalho da população, tentativas de modernização do capitalismo, aumento da dívida externa, mudanças no âmbito educacional, perseguições e forte repressão às formas de manifestação da população. Nesse panorama, que renovações são essas que passam a ocorrer no interior do Serviço Social? Quais os componentes teórico-metodológicos que embasaram o processo de renovação do Serviço Social e o movimento de Reconceituação?

Ao analisar o movimento de Reconceituação brasileiro, Netto (2011b), por tem 3 grandes tendências: a perspectiva modernizadora, a perspectiva de reatualização do conservadorismo e a perspectiva de intenção de ruptura, mas que dentre suas divergências, predominava, de maneira geral, os questionamentos em torno das práticas e posturas conservadoras do serviço social tradicional. Em relação à perspectiva modernizadora, tomando as interpretações de Yasbeck (2009) acerca das assertivas de José Paulo Netto no *livro Ditadura e Serviço Social* tem-se que

[...] a vertente modernizadora (NETTO, 1994, p.164 e ss) [é] caracterizada pela incorporação de abordagens funcionalistas, estruturalista e mais tarde sistêmicas (matriz positivista), voltadas a uma modernização conservadora e à melhoria do sistema pela mediação do desenvolvimento social e do enfrentamento da

marginalidade e da pobreza na perspectiva de integração da sociedade. Os recursos para alcançar estes objetivos são buscados na modernização tecnológica e em processos e relacionamentos interpessoais. Estas opções configuram um projeto renovador tecnocrático fundado na busca da eficiência e da eficácia que devem nortear a produção do conhecimento e a intervenção profissional. (YASBECK, 2009, p.8)

Já a aproximação, a posteriori, do Serviço Social com a vertente *reatualização do conservadorismo*, pode ser caracterizada em sua essência como uma aproximação do Serviço Social com a fenomenologia, inserindo na profissão um “novo caminho” que, em verdade, recupera os valores tradicionais e as abordagens centralizadoras e individualizadoras. Valendo-se das interpretações de Yasbeck (2009) novamente tem-se que

[...] a vertente inspirada na fenomenologia, que emerge como metodologia dialógica, apropriando-se também da visão de pessoa e comunidade de E. Mounier (1936) dirige-se ao vivido humano, aos sujeitos em suas vivências, colocando para o Serviço Social a tarefa de “auxiliar na abertura desse sujeito existente, singular, em relação aos outros, ao mundo de pessoas” (ALMEIDA, 1980, p.114). Essa tendência que no Serviço Social brasileiro vai priorizar as concepções de pessoa, diálogo e transformação social (dos sujeitos) é analisada por Netto (1994, p.201 e ss) como uma forma de reatualização do conservadorismo presente no pensamento inicial da profissão; (YASBECK, 2009, p.8).

Dentre essas 3 tendências indicadas acima, é importante ressaltar a *intenção de ruptura*, enquanto terceira vertente da discussão acerca da renovação profissional, pois ela é fundamental para pensar o fortalecimento da pesquisa dentro da profissão, já que trouxe traços significativos de distinção em relação às outras duas. Gestada em meio ao recinto universitário<sup>5</sup> da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG), nos anos da década de 1970, essa perspectiva começa a ganhar visibilidade nos espaços da categoria profissional. Suas características principais estão relacionadas ao aspecto singular de que

[...] a intenção de ruptura, em qualquer de suas formulações, possuiu sempre um ineliminável caráter de oposição em face da autocracia

---

<sup>5</sup> É importante destacar que o processo de inserção do Serviço Social na Universidade trouxe valiosas contribuições à área profissional, dentre elas suas possibilidades de renovação. Esse traço universitário tornará a vertente “intenção de ruptura” alvo de imensas críticas por parte de outros setores da profissão como, por exemplo, o fato de ser fruto de elaborações docentes e serem meras perspectivas teóricas.

burguesa, e este tanto a distinguiu – enquanto vertente do processo de renovação do Serviço Social no Brasil – das outras correntes profissionais quanto respondeu pela referida trajetória. (NETTO, 2011b, p. 248).

Esse traço distintivo de confronto com a autocracia burguesa é que engendra as particularidades dessa vertente e seus traços de relação com a universidade, suas bases sócio-políticas, suas perspectivas e momentos constitutivos. A “intenção de ruptura” teve sua visibilidade intrinsecamente relacionada com a conjuntura brasileira da época: de expansão das perspectivas de democracia e de cidadania que se propagavam na sociedade brasileira perante as articulações e reinserções da classe operária nos espaços políticos de resistência ao contexto ditatorial e de luta por um Estado democrático.

Alguns dos desafios que se destacam para a intenção de ruptura em sua ânsia de projetar novas perspectivas que rompessem com o tradicionalismo da profissão estão relacionadas à ausência de elaborações teóricas e investigativas sobre a profissão e encontrar formas de experimentação para suas propostas interventivas que se contrapunham a autocracia burguesa. Esses desafios estão em consonância com as expectativas dessa vertente e que podem ser sintetizadas na afirmação de Netto (2011b, p. 250) de: “[...] construir-se sobre bases quase que inteiramente novas: esta era uma decorrência do seu projeto de romper substantivamente com o tradicionalismo e suas implicações teórico-metodológicas e prático-profissionais. ”

Trazer o debate da intenção de ruptura é essencial porque essa vertente pode ser considerada a grande propulsora da inserção da discussão da teoria marxista no Serviço Social, assim como o processo de articulação com os movimentos sociais que se delineia, e a saída de uma perspectiva de ajuste e enquadramento dos indivíduos na sociedade para uma perspectiva de possibilidades de transformação dessa realidade social. Essa *intenção de ruptura* abre possibilidades de colocar em xeque a tradição da profissão, historicamente, a serviço da ordem burguesa para a criação de alternativas, ampliação de análises e rompimento com o projeto moralizador da sociedade na profissão.

É importante retomar aqui em relação ao fortalecimento da pesquisa na profissão que o conhecimento possibilitou e colocou à profissão a necessidade de que não basta apenas o conhecimento teórico e metodológico para uma atuação profissional, mas que é necessário também a orientação a uma perspectiva de realidade da profissão. Essa aproximação, desde então, tem contribuído para o processo de embasamento da prática profissional e para fomentar a possibilidade de uma atuação de profissionais mais críticos e analisadores da realidade concreta. Pode-se dizer que a aproximação à teoria marxista acaba por acarretar uma atuação de profissionais mais críticos e preocupados em atender realmente os interesses das classes menos favorecidas. Neste sentido, conforme Bourguignon (2005, p. 189),

Para tanto é preciso uma formação orientada na perspectiva histórico-crítica, cuja herança fundamental é o método dialético que permite apreender a o processo de constituição da realidade social na sua totalidade e é essa perspectiva que tem contribuído para os avanços na produção de conhecimento na área do serviço social, pois desenvolve uma atitude investigativa atenta as demandas próprias do real.

O processo de aproximação do Serviço Social com o marxismo, apesar dos avanços fomentados na profissão, foi um processo de aproximação de início enviesada<sup>6</sup> e que se deu muitas vezes a partir de interpretações e manuais acerca da teoria social da Marx. A esse respeito Silva (2007, p.284) pontua que

As primeiras influências do marxismo no Serviço Social – “adoçadas” pela autocracia burguesa e pela sua expressão política no regime militar brasileiro de 1964 (NETTO, 1992) –, vão adquirir maior visibilidade durante o processo de abertura democrática “lenta e gradual” a partir da segunda metade dos anos 70 e início dos anos 80 do século XX. Além da pobreza teórica, também subsidiada pelo clima político repressivo da época, é preciso salientar os inúmeros ruídos advindos de um “marxismo sem Marx”, de forte caráter pragmático e reproduzido em manuais populares e partidários [...].

Pode-se dizer que elementos como essa aproximação com o marxismo, o processo de reforma universitária e de inserção do Serviço Social na universidade, bem como todo o movimento de renovação da profissão são

---

<sup>6</sup> Santos (2007) também traça reflexões acerca dessas questões e aponta de forma mais aprofundada os avanços e as sucessivas aproximações realizadas.

aportes fundamentais para pensar o fortalecimento e a centralidade da pesquisa no Serviço Social, pois

É após o processo de reconceituação e, com ele, da construção da identidade social latino-americana do Serviço Social que, ao questionar sua 'base científica' europeu-americana, a preocupação com o conhecimento no e para o Serviço Social se fortalece. (SPOSATI, 2007, p. 17).

É, pois, nesse contexto que a categoria profissional, a partir de debates em Congressos e Convenções coletivas começa a fortalecer um projeto de formação e exercício profissional alinhado com os interesses da classe trabalhadora e comprometido com a transformação da realidade social. Dentre essas transformações merece destaque o projeto de formação profissional que passa a sofrer uma reformulação. A partir do protagonismo da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), é proposto um projeto de revisão curricular que articule um processo formativo às novas demandas postas à profissão que vai passar a ter uma valorização da relação entre história, teoria e método como princípios formativos elementares, bem como as dimensões investigativa e ética da profissão como centrais.

Merece destaque também o fomento à pós-graduação na profissão que tem em meados de 1970 a criação do seu primeiro programa de Pós-graduação em serviço social no Brasil criado na PUC-SP. Passa-se a ter um estímulo à produção do conhecimento na área. Sobre essa inserção no meio acadêmico, tem-se que

[...] a sua efetiva inserção no circuito universitário, embora tardia, logo propiciou a emergência da formação pós-graduada (1972) que, por seu turno e em relativamente pouco tempo, permitiu o surgimento de um acervo documental/bibliográfico responsável por inscrever o campo acadêmico-profissional como área de produção de conhecimento entre as ciências sociais aplicadas (1984). (NETTO, 2016, p. 51)

Esse fomento à pós-graduação no Brasil pode ser considerado um momento primordial para a profissão, pois abre espaço para o desenvolvimento da pesquisa e da produção de conhecimento no Serviço Social do país. Tal questão, fortaleceu o processo de ruptura com o tradicionalismo e contribuiu para a formação de um acervo bibliográfico próprio, bem como para o processo de

elaboração de um novo currículo que objetivava situar o Serviço Social na ótica das relações sociais, bem como apreender o significado social da profissão. Conforme Bourguignon (2005, p.147) é “ [...] a inserção na pós-graduação – traves de cursos de mestrado e doutorado – [que] vem concretizar a potencialidade dos profissionais em colocar-se como construtores da sua realidade.

Em síntese, no período das décadas de 1970 e 1980 cresce o anseio pela elaboração de um novo projeto profissional, o aumento da consciência política e de sua importância para angariar novos rumos para a sociedade. Avançava, também, as alianças com a classe trabalhadora no cotidiano profissional do/a assistente social.

Esse quadro conjuntural conturbado brasileiro se estende pelos anos 1970. No âmbito do Serviço Social tem-se momentos extremamente importantes, culminando ao final dessa década com a realização do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, que ficou conhecido popularmente como Congresso da Virada (1979). Essa nomenclatura tem relação direta com o processo de reconstrução da profissão na sociedade brasileira, marcando uma verdadeira “virada” no projeto profissional da categoria na busca de elaborar propostas de atuação profissional alinhadas com a realidade brasileira, com uma nova direção política e com uma revisão das perspectivas tradicionais vigentes no Serviço Social.

Nesse congresso encaminha-se o compromisso político com os interesses da classe trabalhadora, contribuindo fortemente para uma tomada de consciência da profissão de seu papel ideológico e político, abrindo assim possibilidades de avanços não só políticos, como também teóricos e metodológicos para o Serviço Social.

#### **4 CONCLUSÃO**

De maneira geral, pode-se dizer que o Serviço Social brasileiro vivenciou inúmeros processos de mudanças, especialmente, nas décadas de 1980 e 1990. Mudanças que estão expressas no rompimento com a ética e



atuação profissional alinhadas àquele *Serviço Social tradicional*. Essas transformações passaram a nortear a prática e a formação profissional a partir de um projeto ético político que elegeu como questão central seu compromisso com a classe trabalhadora.

Ademais, é nesse panorama que se solidifica a abertura de espaço para a importância da dimensão investigativa da profissão e para o fomento à pesquisa na mesma, já que esse novo projeto ético político imprimiu novas demandas e novas exigências ao Serviço Social, passando a requerer da profissão competências técnicas, éticas e políticas que necessitavam ser atendidas: conhecer a realidade social na qual estavam inseridos e conhecer os sujeitos para quem suas atividades profissionais estavam atreladas.

É nesse cenário de lutas, repressão e avanços que a pesquisa ganha importância na formação e no trabalho profissional e passa a ser percebida enquanto possibilidade de conhecer a realidade social, desvendar as contradições inerentes a essa realidade social e aprofundar o conhecimento acerca da própria profissão. Essa centralidade que a pesquisa passa a ocupar na profissão tem suas raízes no movimento de reconceituação da profissão, na inserção do espaço universitário, na aproximação com a tradição marxista e com o desenvolvimento da pós-graduação na área de Serviço Social.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social** (texto na íntegra, aprovado em assembleia em novembro de 1996). Rio de Janeiro: 1996

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social**. Tese (Doutorado em Serviço Social) — Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2005.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, p. 46-54, abr. 2007. ISSN 1982-0259. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802007000300005/3911>>. Acesso em: 09 mai. 2016.

FALEIROS, Vicente de Paula. O que Serviço Social quer dizer. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 108, p. 748-761, out./dez. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010166282011000400010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010166282011000400010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 03 jun. 2016.  
<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282011000400010>.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. In: **Educar**. Curitiba: Editora UFPR, n. 28, p. 17-36, 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28>>. Acesso em: 10 out. 2016.

GIAMBIAGI, Fabio *et al.* **Economia brasileira contemporânea: 1945-2015**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. 344p.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 23. ed. São Paulo: Cortez editora, 2012. 326 p.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 36. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 400 p.

MACÁRIO, Epitácio; VALE, Erlenia Sobral do; ALVES, Danielle Coelho. Modernização conservadora e ensino superior no Brasil: elementos para uma crítica engajada. **Universidade e Sociedade**, Brasília, ano 22, n. 52, p. 6-19, jul. 2013.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação e Sociedade**, v. 30, n. 106, p. 15-35, 2009. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n106/v30n106a02>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo Netto. Para uma história do Serviço Social no Brasil. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (org.). **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016. p. 49-76.

SANTOS, J. S. Apropriações da tradição marxista no Serviço Social. [online] **Cadernos Especiais**, n. 42, 2007. Disponível em: < <http://gtssedu->

ufrb.blogspot.com.br/2012/09/apropriacoes-da-tradicao-marxista-no.html>. Acesso em: 10 jan. 2018.

SILVA, Maria Ozanira da. et al. A pós-graduação e a produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 4, n. 8, 2007.

SPOSATI, Aldaiza. **Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social**. Katálysis, Florianópolis, n. 10, p. 15-25, 2007.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In. Conselho Federal de Serviço Social–CFESS; Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social–ABEPSS. **Serviço Social: Direitos Sociais Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: <<http://cressrn.org.br/files/arquivos/ZxJ9du2bNS66joo4oU0y.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2017.